



**ACÓRDÃO Nº464/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11594/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundação Estadual do Índio – FEI.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Amilton Bezerra Gadelha (Ordenador de Despesa), Raimundo Nonato Ferreira Sobrinho (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 753/2019-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundação Estadual Do Índio – FEI. Exercício de 2017.

*Revelia. Irregularidade. Multa. Regularidade com ressalvas. Determinação. Notificação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Auditor Alípio Reis Firmo Filho, que acolheu, em sessão, parte do voto-destaque proferido pelo Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. De acordo com voto-destaque do conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, o qual foi acolhido, em sessão, pelo Relator, **considerar revel** o **Sr. Raimundo Nonato Ferreira Sobrinho**, Diretor-Presidente da FEI no período de 01/01/2017 a 04/10/2017, com fulcro no art. 20, §4º da Lei 2423/1996, pela ausência de apresentação de defesa e/ou documentos.
- 10.2. De acordo com voto-destaque do conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **aplicar multa** ao **Sr. Raimundo Nonato Ferreira Sobrinho**, no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), em razão de ato praticado com grave infração à norma legal, nos termos do art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM c/c art. 54, IV, da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM, pelos fatos e fundamentos apresentados no Relatório-Voto quanto à permanência das Improriedades 09 e 13, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao



**ACÓRDÃO Nº464/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.3. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Fundação Estadual do Índio-FEI, exercício de 2017, de responsabilidade do **Sr. Raimundo Nonato Ferreira Sobrinho**, Diretor-Presidente da FEI no período de 01/01/2017 a 04/10/2017, nos termos do art. 22, inciso III, alínea "b", da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM, em razão das impropriedades 09 e 13 não sanadas;

**10.4. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Fundação Estadual do Índio-FEI, exercício de 2017, de responsabilidade do Sr. **Amilton Bezerra Gadelha**, Diretor-Presidente da FEI no período de 05/10/2017 a 31/12/2017, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM;

**10.5. Determinar à Fundação Estadual do Índio-FEI**, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCEAM:

**10.5.1.** Que responda com maior clareza os questionamentos assinalados pela unidade técnica, com fins de imprimir celeridade à análise processual;

**10.5.2.** Que mantenha sempre atualizada o inventário de bens móveis e imóveis;

**10.5.3.** Que realize planejamento, estudos e levantamentos necessários a requerer, junto ao Poder competente, a realização de concurso público.

**10.6. Notificar** os senhores **Amilton Bezerra Gadelha** e **Raimundo N. F. Sobrinho**, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para que tomem ciência do decisório.

*Vencida parcialmente a proposta de voto do Relator, Auditor Alípio Reis Firmo Filho, que votou pela permanência do valor da multa pela data do fato ocorrido.*

**11- Ata:** 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 6 de Maio de 2020.



**ACÓRDÃO Nº464/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor- Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral